



4172 - Trabalho Completo - XXIV Encontro de Pesquisa Educacional do Nordeste - Reunião Científica Regional da ANPEd (2018)
GT05 - Estado e Política Educacional

Protagonismo Juvenil: Contribuições dos estudantes nos processos decisórios na gestão da escola pública.
Indiara Silva de Freitas - UEFS - Universidade Estadual de Feira de Santana
Solange Mary Moreira Santos - UNIVERSIDADE ESTADUAL DE FEIRA DE SANTANA

Protagonismo Juvenil: Contribuições dos estudantes nos processos decisórios na gestão da escola pública.

Indiara Silva de Freitas

Mestranda em Educação- PPGE/UEFS

Núcleo de Estudos e Pesquisas sobre Formação de Professores – NUFOP/ UEFS

indiaramel@hotmail.com

Solange Mary Moreira Santos

Núcleo de Estudos e Pesquisas sobre Formação de Professores – NUFOP/UEFS

Resumo:

Desde a década de 80 que normatizam a Gestão Escolar como democrática e participativa, sugerindo que os processos decisórios na escola não podem centralizar-se nas mãos do diretor escolar, e sim com a participação de toda comunidade escolar, bem como do entorno, na prática ainda há muitos desafios e limitações para legitimar tal ação. Desde 2009, com as eleições diretas para dirigentes escolares na Bahia, a Secretaria de Educação criou uma série de ações conjugadas com escola e comunidade, destaco nesta pesquisa a de incentivar a criação de lideranças de classe e grêmios estudantis, o que proporciona o protagonismo juvenil nos espaços escolares. Até que ponto estudantes utilizam do protagonismo juvenil para construção dos mecanismos decisórios da gestão escolar? Esta pesquisa de abordagem qualitativa, utilizou a análise documental.

Palavras-chave: Protagonismo Juvenil. Participação. Gestão escolar

Protagonismo Juvenil: Contribuições dos estudantes nos processos decisórios na gestão da escola pública.

Indiara Silva de Freitas

Mestranda em Educação- PPGE/UEFS

Núcleo de Estudos e Pesquisas sobre Formação de Professores – NUFOP/ UEFS

indiaramel@hotmail.com

Solange Mary Moreira Santos

Núcleo de Estudos e Pesquisas sobre Formação de Professores – NUFOP/UEFS

Introdução

A partir de meados da década de 90, reforçada pela LDB, lei 9394/96, a ideia de Gestão democrática foi fortalecida, inclusive com a necessidade de inclusão da sociedade civil, como participante ativo, nas tomadas de decisões no interior da escola, garantindo assim a divisão de responsabilidades. Esse conceito de participação relaciona-se diretamente ao sentido de participação-colaboração, participação-coesão, como técnica de gestão que promove a eficácia e qualidade da escola (LIMA, 1994 apud CARVALHO, 2009).

Protagonismo, refere-se a capacidade e vontade de participar, inferir, influenciar, nos diversos aspectos e acontecimentos da vida, com papel de transformar, decidir, e não passivo diante do mundo político, social, cultural.

Protagonismo juvenil é a participação consciente dos adolescentes e jovens em atividades ou projetos de caráter público, que podem ocorrer no espaço escolar ou na comunidade: campanhas, movimentos, trabalho voluntário ou outras formas de mobilização. (RIBAS JR., 2004, p.3)

Entende-se por juventude a etapa de vida entre 15 a 29 anos, marcada por desenvolvimento e inserção sócio-cultural, busca de identidade, intensidade nas diversas relações afetivas e profissionais, com uma grande complexidade e significação social, o que cria diante de uma dinâmica juvenil com enorme diversificação cultural, perguntas sem respostas sobre essa juventude (ALBURQUEQUE

Esses jovens podem utilizar desse protagonismo para ir além dos seus próprios interesses, mas demonstrar sua visão política de sociedade inferindo, decidindo, ecoando suas opiniões a cerca dos interesses da coletividade, sobretudo no espaço escolar e nas tomadas de decisões importantes para o bom funcionamento da escola.

Destarte, alguns questionamentos persistem em aparecer, tais como: Até que ponto estudantes utilizam do protagonismo juvenil para construção dos mecanismos decisórios da gestão escolar? Será que as escolas tem favorecido esse processo de protagonizar dos seus estudantes?

Essa pesquisa apresenta como proposta fazer um levantamento e análise de como a comunidade da escola se apercebe dentro do contexto educacional nas escolas públicas estaduais de Feira de Santana, com uma visão clara do seu papel social dentro deste contexto, em especial de como os jovens no papel de estudantes desta escola pública conseguem responder aos estímulos de serem participantes ativos destes processos de tomadas de decisões na escola.

A investigação utilizou a abordagem qualitativa, análise de documentos, tais como: Constituição Federal, LDB, Decretos e Leis Estaduais, Normativas Estaduais e Planos Estaduais de Educação.

FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA

A Constituição de 1988, faz referência à gestão escolar como, uma forma mais viável de organização da escola, em todos seus aspectos, o que é reforçado posteriormente pela LDB em 1996 e pelos Planos Nacionais e Estaduais de educação vigentes, já que neste tipo de administração da escola a participação dos seus segmentos é incentivada, em contraposição à centralização das decisões nas mãos do diretor escolar.

Em nível de Estado da Bahia, é importante salientar que alguns avanços no aparato legal ou na execução de legislação já vigente, aconteceram nos últimos 10 anos, na gestão do Partido dos Trabalhadores (PT). Inicialmente com a regulamentação das eleições para gestão escolar, através dos Decretos de Leis nº 11218/08, houve uma valorização significativa da gestão democrática e de seus principais pressupostos de descentralização, participação e autonomia, trazendo para o chão da escola uma melhor eficiência na gestão de processos, de pessoas, no clima escolar, na execução dos recursos financeiros e nos afazeres pedagógicos.

Através do Projeto de Lei nº 17074/2008, que dispõe sobre as competências, atribuições, escolha e composição do Colegiado Escolar, o governo do estado viabiliza de forma regulamentar a legitimação da autonomia na gestão escolar, descentralizando funções e legitimando a participação da comunidade escolar com funções deliberativas, consultivas, mobilizadoras e avaliativas. Essa ação participativa também é ampliada quando em 2017 a Secretaria de Educação do Estado da Bahia, institui a normativa nº 01/2007, que estabelece a eleições diretas, para líderes e vice-líderes de classe em todas escolas públicas, em todas modalidades de ensino na rede estadual de ensino. Essa ação sem dúvida é um percussora de ações conjuntas que incentive a formação de grêmios estudantis, bem como maturidade política e que valoriza o protagonismo juvenil, para a escola e para as comunidades onde a escola se insere, bem como para a sociedade.

Nessa conjuntura é perceptível mudanças históricas e legais na Bahia para a promoção e progressão da gestão democrática na escola, o que não garante a execução de toda essa participação e autonomia que as normatizações referenciam, seriam essas dificuldades e limitações da implementação da gestão.

A partir dos anos 90, os processos políticos educacionais nos mostra, dois princípios de participação antagônicos, o primeiro baseado em bases neoliberais, forte na sua capacidade de controle social e que renegam a participação efetiva das organizações e grupos sociais e educacionais no direcionamento de políticas públicas, mas exigindo sua participação na execução de projetos e programas já impostos, e o segundo baseado em princípios de democracia, autonomia, transparência, descentralização, inclusão social, dentre outros, abordados e defendidos pelas forças sociais que buscam e lutam por espaços públicos de decisão e participação efetiva na definição execução e avaliação das políticas públicas.

O conceito de participação se fundamenta no de autonomia, que significa a capacidade das pessoas e grupos de livre determinação de si próprios, isto é de conduzirem sua própria vida (LIBÂNEO 2015), esse fundamento nos permite compreender que participação é um conceito libertário de autogestão e que se baseia no próprio querer fazer, quer ser. Assim sendo, comungo com (SANTANA 2012), quando traz a ideia de que não se compreende participação como atuação cooperativa em executar tarefas esporádicas e ação isoladas.

E a juventude vem se inserindo nesse cenário de participação político-social, pois o olhar do estado e da sociedade civil, tem se voltados nos últimos anos ao cotidiano do jovem, das suas dificuldades e limitações biológicas e sociais, do seu poder de conchamar, a busca do seu empoderamento, pela conquistas dos espaços sociais e culturais nas comunidades. É este o jovem e seu protagonismo juvenil, sujeito pró-ativo, colaborativo, emancipado:

A participação juvenil contemporânea pode ser a mais múltipla possível, abarcando a dimensão do cotidiano, as ações e agrupamentos formados nos bairros ou nas escolas, participação religiosa, atuação em grupos culturais e esportivos, a militância em movimentos sociais diversos, a atuação em grupos ambientlistas, ativismo social, ciberativismo, a contestação festiva e irreverente, a participação na construção de políticas públicas - conselhos, conferências – a participação em partidos políticos e no movimento estudantil e por aí vai... As diversas juventudes estão atuando, construindo, produzindo e agindo...

(OLIVEIRA, 2014, p.14)

Com intuito de evidenciar uma participação mais ampla dos membros do segmentos escolares, sobretudo os jovens estudantes, algumas medidas vem sendo adotadas, baseada em políticas públicas, mecanismos coletivos de participação(colegiados escolares, associações de pais e mestres, conselhos de classe e grêmios estudantis), eleições diretas para dirigentes escolares, ações conjugadas e parcerias com comunidade e outras entidades governamentais ou não governamentais, que promovam uma maior integração de toda comunidade escolar e também, do entorno. (PARO, V. 2003).

Lembramos mais uma vez dos Conselhos escolares que surgiram, a partir de lutas sindicais de professores, e de organizações da sociedade civil, como associações de pais e mestres e associações de bairros, que buscavam sobretudo minimizar a ação autoritária de diretores escolares, bem como a participação de todos atores do cenário escolar na elaboração e execução dos projeto escolares, Projeto Político Pedagógico(PPP) e nas decisões quanto ao destino das verbas públicas que chegam á escola. Até hoje muitas escolas ainda resiste à sua inclusão no âmbito escolar, pois há grande resistência por parte principalmente dos dirigentes escolares, que não assimilaram essa criação como forte ferramenta de Gestão participativa, mas a viram como tomada de poder e como oposição à sua administração.

Através da Lei7398/85, fica assegurada nas escola a organização e funcionamentos dos Grêmios Estudantis, com finalidade de mostrar representatividade dos estudantes, em aspectos estudantis, culturais, esportivos, cívicos e sociais. Também uma conquista relacionada a

luta nacional dos movimentos estudantis que marcaram o país desde os anos sombrios da ditadura. O estabelecimento do Grêmio Estudantil, marca a importância do jovem na participação dos processos escolares, na sua formação política, seu engajamento social e o entendimento de que escola existe para atender seus anseios e interesses cognitivos, culturais e sócio-políticos, ou seja fortalecer o protagonismo juvenil. Hoje, apesar de esforços realizados através de políticas públicas sociais e educacionais no incentivo à criação de grêmios estudantis, ainda há grande resistência nos espaços escolares, vindo normalmente agora do Corpo Docente, que analisam os grêmios como força de oposição e de fiscalização ao seu trabalho didático-metodológico.

(IN) CONCLUSÃO

Estes estudos preliminares baseados na análise de documentos apontam algumas constatações: sugere uma quantidade significativa de trabalhos sobre gestão participativa, porém na perspectiva do protagonismo juvenil ainda há poucos estudos. Outra constatação é que mesmo com legislação vigente, que normatiza a inclusão de participação da comunidade escolar junto à gestão democrática da escola no processo de decisão nos diversos âmbitos escolares, na maioria das vezes não se concretiza.

Os sujeitos ainda não fazem valer seus direitos garantidos no poder de decisão junto a gestão escolar, isso graças a um movimento histórico-político (neo)liberal, que sempre afastou os sujeitos da sua emancipação política e humana, a estes sujeitos vítimas de séculos de injustiças sociais, restou e resta apenas aceitar, acatar calar, trabalhar, fomentar a riqueza das minorias.

Ainda há um caminho longo a percorrer no que se refere a atuação de órgãos colegiados, associações de pais e grêmios estudantis, eleições para dirigentes escolares, nesse caso é mais que fortalecimento de políticas públicas, mas também de reconhecimento e de cada indivíduo se aperceber como peça única, mas com caráter coletivo neste processo, buscando validação da autonomia escolar, para de fato enxergar a escola pública como democratizada e com ações descentralizadas.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ALBUQUERQUE, Alexandre Aragão de. Juventude Educação e Participação Política. 1ª edição. Jundiaí. Paco Editorial. 2012

BRASIL, Constituição da República Federativa do Brasil-1988.18. Ed. São Paulo Saraiva,1998.

_____, Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, Lei 9.394, 20/12/1996

CARVALHO, Elma Júlia Gonçalves de. Reestruturação produtiva, reforma administrativa do estado e gestão da educação. Educ. Soc, Campinas, vol.23, n.80, 1139-1166, set/dez.2009.

LIBÂNEO, José Carlos. Organização e gestão da escola, teoria e prática. 6ª edição. rer. e ampl. São Paulo. Heccus. 2015

OLIVEIRA, Igor e HERMONT, Catherine. Cadernos Temáticos Juventude Brasileira e Ensino Médio: Juventudes e Participação política.. Editora UFMG. Belo Horizonte 2014.

SANTANA, Mônica Silveira e SCHMITZ, Heike. A percepção da comunidade escolar sobre a participação na gestão da escola: um estudo de caso. Educ. e Contemp, Salvador, vol.21, n.38, 167-180, jul/dez. 2012

PARO, Vitor Henrique. Eleições de diretores: a escola pública experimenta a democracia. 2ª edição. Papirus, Campinas 2003